

Rodrigo Frantz Becker

MANUAL
DO PROCESSO DE
EXECUÇÃO

dos títulos judiciais e extrajudiciais

Prefácio

Ministro Luiz Fux

4ª edição
revista, ampliada
e atualizada

Apresentação

Luiz Rodrigues Wambier

2024



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de fundo da Capa: Maksim em pngtree.com

B395m Becker, Rodrigo Frantz.
Manual do Processo de Execução dos Títulos Judiciais e Extrajudiciais / Rodrigo Frantz
Becker – 4.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
704 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-442-4978-9

1. Direito Processual Civil. 2. Processo de Execução. 3. Cumprimento de Sentença. I. Becker,
Rodrigo Frantz. II. Título.

CDD 341.46

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – Crb7 – Rj 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Parte I Introdução

Capítulo 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS DO LIVRO	35
1.1. Divisão didática do livro	35
1.2. Divisão entre cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	37

Parte II Disposições Gerais do Processo Executivo

Capítulo 2	
TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	43
2.1. Ação de conhecimento e ação de execução.....	43
2.2. Tutela executiva.....	47
2.3. Formas de execução: direta e indireta.....	49
2.4. Efetividade da execução	51
2.5. Título executivo	54
2.6. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas.....	59
2.7. Exceção do contrato não cumprido	74
2.8. Cumulação de execuções.....	78
Capítulo 3	
PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO	81
3.1. Observações gerais.....	81
3.2. Autonomia	82
3.3. Nulla executio sine titulo	85

3.4. Tipicidade	89
3.5. Contraditório	93
3.6. Patrimonialidade	98
3.7. Utilidade.....	101
3.8. Desfecho único	102
3.9. Menor onerosidade	104
3.10. Livre disponibilidade	108

Capítulo 4**RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL 113**

4.1. Breve histórico	113
4.2. Responsabilidade subjetiva	115
4.3. Responsabilidade objetiva	119
4.4. Ato atentatório à dignidade da Justiça	122
4.5. Fraude à execução	127
4.5.1. Diferença para fraude contra credores	131
4.5.2. Procedimento	134
4.5.3. Hipóteses de cabimento	134
4.5.4. Efeitos da fraude à execução	146

Capítulo 5**PRESCRIÇÃO..... 149**

5.1. Regra geral.....	149
5.2. Prescrição e liquidação.....	151
5.3. Prescrição intercorrente	154

Capítulo 6**LIQUIDAÇÃO 161**

6.1. Disposições gerais.....	161
6.2. Legitimidade.....	165
6.3. Competência.....	166
6.4. A extinta liquidação por cálculos	167
6.5. Liquidação por arbitramento	169
6.6. Liquidação pelo procedimento comum	171
6.7. Modificação do procedimento.....	173
6.8. Liquidação de título extrajudicial.....	174
6.9. Liquidação com dano zero e <i>non liquet</i>	176
6.10. Honorários advocatícios	179

Parte III Cumprimento de Sentença

Capítulo 7

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL.....	187
7.1. Disposições gerais.....	187
7.2. Petição inicial.....	191
7.3. Competência.....	193
7.4. Intimação do devedor.....	198
7.5. Honorários advocatícios.....	204
7.6. Protesto.....	208

Capítulo 8

TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	211
8.1. Esboço geral.....	211
8.2. Decisões de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	212
8.3. A decisão homologatória de autocomposição judicial.....	216
8.4. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	218
8.5. Formal e a certidão de partilha.....	218
8.6. Crédito de auxiliar da justiça.....	219
8.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	220
8.8. Sentença arbitral.....	221
8.9. Sentença e decisão interlocutória estrangeiras.....	222

Capítulo 9

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA	229
9.1. Disposições gerais.....	229
9.2. Petição inicial.....	230
9.3. Intimação.....	231
9.4. Prazo para pagamento.....	233
9.5. Multa pelo não cumprimento da obrigação.....	238
9.6. Pagamento voluntário x pagamento espontâneo.....	239
9.7. Honorários.....	243
9.8. Penhora.....	245

Capítulo 10

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	247
10.1. Disposições gerais.....	247
10.2. Tutela específica.....	249

10.3. Resultado prático equivalente	250
10.4. Procedimento.....	252
10.5. Medidas coercitivas.....	254
10.6. Multa (<i>astreintes</i>).....	257
10.6.1. Aplicação da multa à Fazenda Pública.....	265
10.6.2. Intimação do devedor para incidência de multa	267
10.7. Conversão em perdas e danos.....	268
Capítulo 11	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE ENTREGAR COISA CERTA.....	275
11.1. Disposições gerais.....	275
11.2. Algumas especificidades	276
Capítulo 12	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES ALIMENTARES.....	279
12.1. Classificação das obrigações alimentares.....	279
12.2. Legitimados	282
12.3. Competência.....	284
12.4. Procedimentos	284
12.4.1. Rito da prisão.....	285
12.4.2. Rito das obrigações de pagar quantia certa.....	291
12.4.3. Rito da prisão em caso de dívida alimentar pelos avós.....	294
12.5. Protesto.....	299
12.6. Desconto em folha	300
Capítulo 13	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA...	303
13.1. Disposições gerais.....	303
13.2. Legitimidade.....	305
13.3. Competência.....	308
13.4. Petição inicial	309
13.5. Procedimento.....	310
13.6. Honorários advocatícios	311
13.7. Sistema de precatórios e RPV.....	316
13.7.1. Precatórios	316
13.7.2. Requisição de pequeno valor (RPV).....	327
Capítulo 14	
CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	329
14.1. Regras gerais	329

14.2. Requisitos	331
14.3. Incidência de multa	332
14.4. Cumprimento provisório incompleto	333
14.5. Cumprimento provisório completo.....	334
14.5.1. Caução	334
14.5.2. Outras hipóteses.....	335
14.5.3. Responsabilidade objetiva.....	338
14.6. Honorários advocatícios	340
14.7. Cumprimento provisório contra a Fazenda Pública.....	341
Capítulo 15	
IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	345
15.1. Disposições gerais.....	345
15.2. Competência.....	347
15.3. Prazo da impugnação.....	348
15.4. Impugnação no cumprimento de sentença das obrigações de pagar quantia certa	349
15.4.1. Requisitos.....	350
15.4.2. Matérias de cognição	351
15.4.2.1. Falta ou nulidade da citação	352
15.4.2.2. Ilegitimidade de parte.....	353
15.4.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	354
15.4.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea	356
15.4.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	357
15.4.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	359
15.4.2.7. Causa modificativa ou extintiva da obrigação.....	360
15.4.3. Coisa julgada inconstitucional	363
15.5. Impugnação ao cumprimento nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa certa.....	373
15.6. Impugnação ao cumprimento contra a Fazenda Pública.....	375
15.7. Efeito suspensivo.....	378
15.8. Procedimento.....	380
15.9. Honorários	382

Parte IV

Execução de Título Extrajudicial

Capítulo 16

PARTE GERAL.....	387
16.1. Introdução.....	387
16.2. Legitimidade.....	389
16.3. Intervenção de terceiros.....	392
16.4. Competência.....	400
16.5. Petição inicial.....	401
16.5.1. Valor da causa.....	406
16.6. Benefício da gratuidade de justiça.....	407
16.7. Citação.....	408

Capítulo 17

TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.....	413
17.1. Esboço geral.....	413
17.2. Títulos de crédito.....	417
17.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	418
17.4. Documento particular assinado por duas testemunhas.....	420
17.5. Contratos eletrônicos.....	422
17.6. Instrumentos de transação.....	424
17.7. Contrato garantido por direito real de garantia ou por caução.....	425
17.8. Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	428
17.9. Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	429
17.10. Crédito decorrente de aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	431
17.11. Certidão de dívida ativa.....	433
17.12. Crédito referente às contribuições de condomínio edilício.....	434
17.13. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro.....	435
17.14. Contrato de Contragarantia.....	437
17.15. Demais títulos aos quais a lei atribui forças executivas.....	438

Capítulo 18

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PAGAR QUANTIA CERTA.....	443
18.1. Disposições gerais.....	443
18.2. Petição inicial.....	444
18.3. Citação.....	447
18.4. Prazo para pagamento.....	449
18.5. Honorários advocatícios.....	451
18.6. Sanção premial.....	453
18.7. Averbação da execução.....	454

18.8. Inscrição no cadastro de inadimplentes	456
18.9. Atitudes do executado.....	459
18.10.Arresto.....	459
18.11.Fase instrutória.....	461
Capítulo 19	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA	463
19.1. Disposições Gerais	463
19.2. Obrigações de fazer	464
19.2.1. Conversão em perdas e danos	466
19.3. Obrigações de não fazer	469
19.4. Obrigações de entregar coisa.....	470
Capítulo 20	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	473
20.1. Disposições gerais.....	473
20.2. Aspectos procedimentais.....	473
Capítulo 21	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZENDA PÚBLICA.....	477
21.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	477
21.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	478
Capítulo 22	
EMBARGOS À EXECUÇÃO	483
22.1. Disposições gerais.....	483
22.2. Legitimidade.....	484
22.3. Competência.....	486
22.4. Prazo de ajuizamento.....	486
22.5. Parcelamento da dívida.....	488
22.6. Cognição dos embargos.....	491
22.6.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	493
22.6.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	494
22.6.3. Excesso de execução.....	495
22.6.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.....	496
22.6.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	497
22.6.6. Matérias passíveis de alegação em processo de conhecimento	498
22.7. Efeito suspensivo.....	499
22.8. Procedimento.....	503
22.9.Ddefesas heterotópicas.....	504

Parte V

Penhora e Expropriação

Capítulo 23

PENHORA	509
23.1. Generalidades	509
23.2. Efeitos da penhora	511
23.3. Legitimidade, lugar e tempo de realização da penhora.....	514
23.4. Bens penhoráveis	516
23.5. Ordem legal de penhora	517
23.6. Penhora <i>on-line</i>	520
23.7. Impenhorabilidade.....	524
23.7.1. Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do devedor	528
23.7.2. Impenhorabilidade de salário	530
23.7.3. Poupança até 40 salários mínimos.....	539
23.7.4. Seguro de vida.....	541
23.7.5. Pequena propriedade rural.....	545
23.7.6. Impenhorabilidade do bem de família.....	546
23.7.7. Hospitais filantrópicos	551
23.7.8. Renúncia à impenhorabilidade.....	551
23.7.9. Bens relativamente impenhoráveis.....	553
23.8. Modificação da penhora.....	559
23.9. Substituição do bem penhorado	562
23.10 Remição	568
23.11 Avaliação do bem penhorado	571

Capítulo 24

MEIOS DE EXPROPRIAÇÃO	575
24.1. Concepção geral	575
24.2. Adjudicação.....	576
24.2.1. Legitimidade para adjudicar	580
24.3. Alienação por iniciativa particular	586
24.3.1. Alienação antecipada	591
24.4. Leilão judicial	593
24.5. Arrematação.....	600
24.5.1. Preço vil.....	604
24.5.2. Auto de arrematação.....	605
24.5.3. Carta de arrematação	606
24.5.4. Desfazimento da arrematação – impugnação e desistência.....	607

Capítulo 25	
SATISFAÇÃO DO CRÉDITO	611
25.1. GENERALIDADES	611
25.2. Satisfação direta	612
25.2.1. Satisfação indireta	613

Parte VI

Defesas Atípicas, Suspensão e Encerramento da Execução

Capítulo 26	
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	617
26.1. Disposições gerais	617
26.2. Cabimento e procedimento	618
26.3. Utilidade da exceção diante do CPC/15	622

Capítulo 27	
EMBARGOS DE TERCEIROS	625
27.1. Disposições gerais	625
27.2. Natureza jurídica	628
27.3. Conceito de terceiro. Legitimidade	631
27.4. Prazo e termo inicial	635
27.5. Competência	636
27.6. Tutela provisória	640
27.7. Sentença e seus efeitos	641

Capítulo 28	
SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO	643
28.1. Introdução	643
28.2. Suspensão do processo conforme arts. 313 e 315 do CPC	646
28.3. Embargos à execução com efeito suspensivo	651
28.4. Inexistência de bens penhoráveis	652
28.5. Falta de licitantes para a arrematação	654
28.6. Parcelamento da execução	654
28.7. Convenção das partes	655

Capítulo 29	
ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO	657
29.1. Introdução	657
29.2. Indeferimento da petição inicial	658
29.3. Satisfação da obrigação	659

29.4. Obtenção, por qualquer meio, da extinção total da dívida	660
29.5. Renúncia ao crédito.....	662
29.6. Prescrição intercorrente	662
29.7. Ato processual de extinção da execução	663
29.8. Execução frustrada.....	664
Capítulo 30	
PRIMEIRAS LINHAS SOBRE DESJUDICIALIZAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA EXECUÇÃO	667
30.1. Desjudicialização da execução	667
30.2. Soluções tecnológicas em auxílio à execução	672
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	677
Apêndice	
Substitutivo ao projeto de lei que trata desjudicialização da execução (pl 6204/2019).....	693